



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Resolução n. 48, de 23 de setembro de 2010(*)

Acrescenta parágrafos 2º e 3º ao artigo 9º e renumera o Parágrafo Único; altera os artigos 14 e 15 do Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRÓ-SER.

O Presidente do Conselho Deliberativo do PRÓ-SER, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 68 do Regulamento Geral, aprovado pela Resolução nº 62, de 18 de setembro de 1992, e tendo em vista decisão do referido Conselho em sessão ordinária de 23 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Acrescentar, com a seguinte redação, parágrafos 2º e 3º ao art. 9º do Regulamento Geral do PRÓ-SER, renumerando o seu Parágrafo Único para § 1º:

“Art. 9º

§ 1º A suspensão ou cancelamento de ofício a que se refere o inciso IX deste artigo serão efetuados pela administração do PRÓ-SER, ouvido o Conselho Deliberativo, na hipótese de descumprimento, pelo beneficiário titular e por seus dependentes, das disposições previstas neste Regulamento e em suas normas complementares.

§ 2º Nos casos previstos no inciso I deste artigo, quando a licença for para tratar de assuntos particulares, conforme o art. 91 da Lei n. 8.112/90, o beneficiário poderá permanecer no Programa, devendo recolher ao PRÓ-SER por meio de depósito identificado, até o décimo dia útil do mês subsequente, a contribuição mensal e a participação nas despesas de utilização do Programa, com valor referente ao cargo efetivo ocupado.

§ 3º Cessará o direito de o servidor e seus dependentes utilizarem o Pró-Ser caso não efetue o recolhimento das contribuições na forma prevista no Parágrafo Segundo.”

Art. 2º Revogar as alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 14 do Regulamento Geral do PRÓ-SER.

Art. 3º Revogar os parágrafos 1º e 2º do art. 15 do Regulamento Geral do PRÓ-SER, e acrescentar-lhe Parágrafo Único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15
.....

Parágrafo Único. Quando se tratar de reinclusão decorrente de desligamento voluntário, o retorno do titular e respectivos dependentes ao Programa ficará condicionado ao recolhimento das contribuições mensais do período em que permaneceu desligado do Pró-Ser.”

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

(*) Republicado por ter saído com incorreção no original.